

Nem um nem outro

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

8 de março — *Fachin anula as condenações de Lula; Brasil tem 1.114 óbitos por covid, totalizando 266.614.*

10 de março — *O ex-presidente Lula concede entrevista coletiva; Brasil tem 2.349 óbitos por covid, chegando ao total de 270.917.*

21 de março — *Economistas e empresários divulgam manifesto; Brasil tem 1.259 óbitos por covid, totalizando 294.115.*

23 de março — *2ª turma do STF declara Moro suspeito no caso do triplex do Guarujá; Brasil tem 3.158 óbitos por covid, totalizando 298.843.*

29 de março — *Bolsonaro promove troca em seis Ministérios e demite comandantes das FFAA; Brasil tem 1.969 óbitos por covid, totalizando 314.268.*

31 de março — *Ministro da Defesa apresenta novos comandantes das FFAA.*

31 de março — *É lançado um manifesto público assinado por seis pré-candidatos à Presidência e com apoio de Sérgio Moro.*

31 de março — *Brasil tem 3.950 óbitos por covid, totalizando 321.886.*

Como se pode ver pela cronologia acima, março foi um mês com muitas reviravoltas. Apenas algo não mudou: a tragédia das mortes provocadas pela pandemia. A esperança trazida em 17 de janeiro quando a enfermeira Mônica Calazans recebeu a primeira dose da CoronaVac foi sendo substituída pela sensação de impotência diante da inação do governo federal no processo de aquisição do imunizante, fazendo com que o Brasil esteja atrasado até mesmo na comparação com os vizinhos de conti-

nente. Não é por outro motivo que as pesquisas dos mais diversos institutos apontam um crescimento vertiginoso nos índices de reprovação do governo na gestão da pandemia.

Nesse sentido, a supracitada carta pública *O País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo*, assinada por centenas de economistas e banqueiros, cumpriu um relevante papel ao cobrar do governo federal providências concretas e urgentes para o enfrentamento da pandemia, com foco em quatro propostas: acelerar o ritmo da vacinação; incentivar o uso de máscaras tanto com distribuição gratuita quanto com orientação educativa; implementar medidas de distanciamento social no âmbito local com coordenação nacional; e criar mecanismo de coordenação do combate à pandemia em âmbito nacional. Não é exagero atribuir a essa iniciativa uma das mais relevantes razões para a queda de Pazuello.

Todos esses fatos aqui listados compõem uma parte significativa de um cenário marcado pela intensa movimentação de diferentes protagonistas em que vem sendo discutido o futuro político do país.

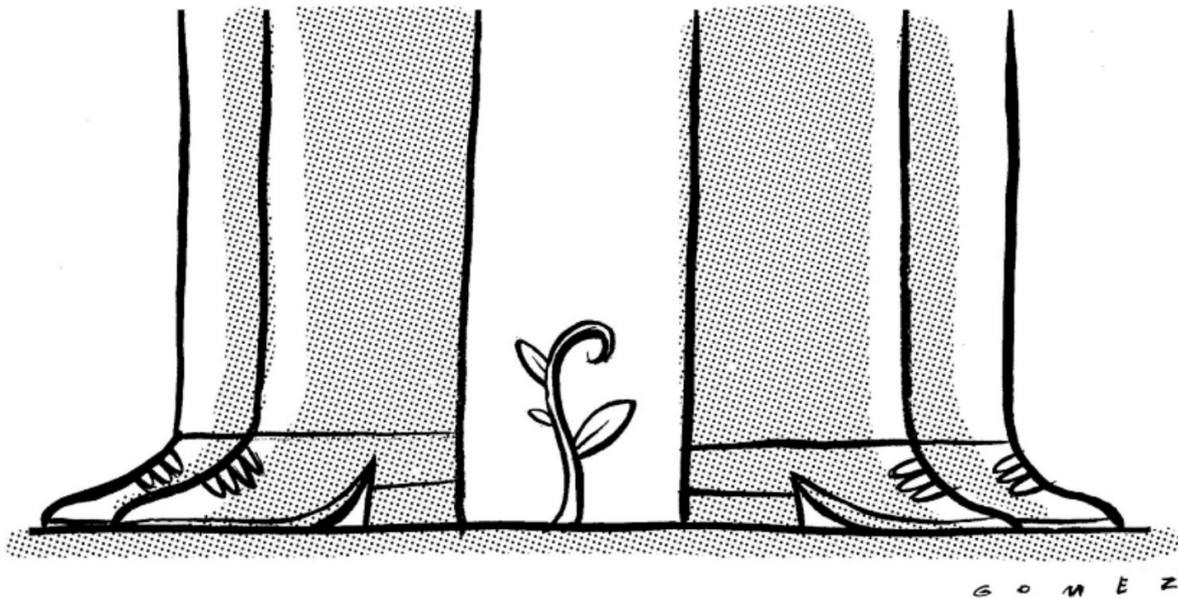
Indiscutivelmente, a possibilidade do ex-presidente Lula se candidatar à Presidência trouxe novos contornos para a sucessão de Bolsonaro. De um lado, o bolsonarismo passa a ter um adversário para “chamar de seu”, com nome, sobrenome e endereço conhecidos. De outro, o lulopetismo enxerga a oportunidade de uma revanche de 2018, abrindo espaço para corrigir o que consideram ter sido a injustiça cometida nas últimas eleições quando sua maior liderança foi impedida de concorrer.

Outra consequência já conhecida é a articulação de outros seis pré-candidatos que intensificaram seus entendimentos, tendo como primeiro resultado prático a divulgação do já citado *Manifesto pela consciência democrática*.

E como está esse debate na mídia e nas redes? Na maior parte das vezes, as análises indicam que o segundo turno estaria definido, configurando-se numa disputa entre Bolsonaro e Lula. Tal premissa tem tido como consequência imediata uma discussão em que se procura estimular as pessoas a responderem como votariam diante dessa hipótese. Ao priorizar esse enfoque, cria-se, propositalmente ou não, um cerceamento ao processo de construção de qualquer candidatura fora desses dois grupos.

Em direção oposta, pesquisas de opinião e monitoramento das redes sociais apuram a existência de um sentimento crescente indicando que entre 40% e 50% da população têm declarado intenção de não votar em nenhum desses dois candidatos nas eleições de 2022. Ou seja, há espaço para outro caminho.

Portanto, quem acredita e trabalha pela construção de uma candidatura alternativa e competitiva precisará ter muita firmeza para não cair na arapuca presente na pergunta sobre qual opção adotaria no tal segundo turno tratado como inevitável. Diante dela, devem responder com convicção e reafirmando seu compromisso com a viabilização do autointitulado “Polo Democrático”. Caso contrário, ao se aceitar o debate como posto pelos dois grupos, a consequência é uma só: matar no nascedouro qualquer possibilidade de uma solução diferente da representada por eles.



Fake news e desinformação: uma ameaça à democracia

» EVANDRO LORENS

Graduado em ciência da computação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em ciência da informação pela Universidade de Brasília (UnB) e diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

A história é repleta de casos de pessoas tentando manipular as outras por meio de desinformação e de informações falsas. Na eleição presidencial de 1945, as rádios de Hugo Borghi atribuíram ao candidato favorito, o brigadeiro Eduardo Gomes, uma frase que ele nunca havia dito. O grupo adversário usou a disseminação da frase como um dos instrumentos que, no final, resultaram na vitória de Gaspar Dutra. Apesar da tunga na democracia, eram outros tempos e “o que passou, passou”.

As comunicações instantâneas globais via internet fazem com que, potencialmente, todos possam trocar informações, de qualquer natureza, sem restrições nem fronteiras. A popularização de equipamentos e de infraestrutura criou os meios. As redes sociais agregaram usabilidade e a tão sonhada segmentação publicitária. Amenedias ditas em família, debates conspiratórios de encontros fechados e inconfidências ditas ao telefone ganharam escala mundial, sem filtros. O mesmo ocorreu com a propaganda enganosa, a notícia falsa e a desinformação.

Enfrentamos, agora, um “tsunami desinformacional” e nos tornamos cobaias de experimentos de controle e interferência na realidade, com as redes sociais determinando quem precisamos ser, o que devemos consumir e até em quem não votar. Destruir

reputações por meio de notícias falsas e desinformação é mais eficiente do que cultivar tolerância, construir soluções e debater honestamente. É mais prático do que procurar posições de consenso e equilíbrio político.

Mas a destruição de reputações nunca ocorre isoladamente. O conjunto da obra demanda corroer a confiança na ciência, nas instituições democráticas, no jornalismo profissional e nos freios e contrapesos que viabilizam a democracia. Escândalos como o da Cambridge Analytica são só a ponta do iceberg. Em todo o planeta, têm aflorado voações autoritárias populistas diante de olhares atônitos e ainda paralisados pelo confuso dilema moral da censura e da liberdade de expressão. A democracia está contra as cordas e, por causa de sua própria natureza, sofre para reagir. Poderá morrer se não for socorrida a tempo, na contra-mão dos avanços pós-iluminismo.

Inexiste uma bala de prata para superar o grave assédio das notícias falsas e da desinformação contra a democracia. O que se sabe é que a missão só pode ser realizada por muitas mãos. É preciso mobilização de governos, parlamentos, tribunais, sociedade organizada, empresas e pessoas para que haja esperança de mudança do cenário.

Enquanto cidadãos, precisamos fazer escolhas éticas em nossa própria vida digital, cobrar ética das empresas fornecedoras de

bens e serviços e ensinar a privacidade como valor no uso da tecnologia. É preciso educar formal e digitalmente, estimular o desenvolvimento de senso crítico para que as novas gerações avaliem melhor o que lhes chega sob a pele de informação. Também nos cabe interagir com parlamentares, propor e pressionar por legislações, regulação governamental ou autorregulação ética das plataformas de mídias sociais.

É preciso cobrar das big techs e das redes sociais transparência, colaboração com a academia e aplicação da sua poderosa tecnologia contra a desinformação. Na seara jornalística, é importante usar e divulgar o trabalho de fact checking, e apoiar iniciativas que produzam impacto financeiro negativo sobre canais digitais de disseminação de notícias falsas e discursos de ódio, como Sleeping Giants. Na esfera jurídica, será relevante que as cortes passem a responsabilizar as plataformas de mídias sociais por abusos ocorridos em seus quintais, como forma de pressionar por medidas efetivas contra a desinformação, ignoradas hoje pelo ganho financeiro óbvio propiciado pelos cliques, curtidas e compartilhamentos vendidos aos anunciantes.

É preciso cuidar da democracia, seja por compreender a necessidade de cuidar de seus defeitos e idiosincrasias, seja por rejeitar a visão medonha do passado e do quão caro a democracia custou a nossos antepassados.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Juristocracia danifica a democracia

Criada pelo cientista político canadense Ran Hirschl e apresentada em seu livro *Towards Juristocracy*, a expressão juristocracia nunca esteve tão em voga no Brasil como nos dias atuais. Por juristocracia entende-se como sendo um sistema de governo, note bem, não democrático, posto que as decisões de Estado, que normalmente ficam no âmbito do Poder Executivo, acabam ficando a cargo exclusivo de juízes, desembargadores e magistrados. Há uma hipertrofia do Poder Judiciário em relação às demais instituições da República. Em nosso caso particular, as decisões de grande relevância para o funcionamento de toda a máquina do Estado estão hoje, em grande parte, concentradas nas mãos dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), mais especificamente nas duas turmas criadas pela Corte.

Para tanto, muitos especialistas nesse tema apontam que esse comando do Estado vai sendo processado por meio de mecanismos judiciais casuísticos, obrigando a sociedade, bem como todas as instituições, a uma visão de governo subjetiva, nascida unicamente da cabeça de juízes, que, por sua vez, agem em nome de determinados grupos políticos e ideológicos, normalmente aqueles que, em alguma ocasião, indicaram seus nomes para esse posto.

Em suma, é exatamente ao que temos assistido nos últimos tempos sempre que uma ou mais questões de importância imediata para o Estado democrático de direito e para a nação ficam em suspenso até que suas excelências, do alto do Olimpo, emitam o tão celeste parecer. É, em última análise, a repetição, em forma de farsa, do que acontecia na Grécia clássica, quando decisões importantes eram tomadas depois de uma consulta aos Oráculos de Delfos e as pitonisas.

É por esse perigoso arremedo de democracia que vamos adentrando desde que a Constituição de 1988, confeccionada nessa parte apenas por juristas, transformou o STF na mais poderosa corte do Ocidente, não apenas em termos institucionais que lhes são próprias, mas outorgou a essa instância poderes concentrados tanto em temas constitucionais quanto em questões revisionais.

A essa soma descomunal de atribuições permitiram ainda que a Suprema Corte se tornasse, diante do espanto geral, em instância penal. Dessa forma, o que os cidadãos têm assistido, entre abismados e revoltados, é ao Supremo insistir em confeccionar leis, reformando-as ao seu alvitre, julgá-las e, ao mesmo tempo, condenar ou absolver, de acordo com a ciclotimia dos humores de cada um desses juízes.

Para complicar uma situação que, em si, tem acarretado grandes transtornos ao país, muitos desses ministros sequer são juízes de carreira ou apresentam, como manda a Magna Carta, notável saber jurídico.

»»A frase que foi pronunciada

“Creio no riso e nas lágrimas como antídotos contra o ódio e o terror.”

Charles Chaplin

Recuperação

» Agência Brasília divulga que programa vai recuperar 40 hectares na orla do Lago Norte. Espécies nativas do cerrado serão plantadas. Iniciativa interessante seria revisar as nascentes que desaguam no lago. De mapas antigos, muitas não existem mais. Sarney Filho explicou que o trabalho é parte do projeto de recuperação da orla tanto no Lago Sul quanto no Norte para garantir que o Paranoá cumpra suas funções ecossistêmicas.

Dica

» Muita gente reclama de caçambas e contêineres nas ruas da cidade. É bom conhecer a Lei 6.157/2018.

Pé do ouvido

» Mortes por desespero aumentam na pandemia. O assunto é proibido.

Genialidade e estupidez

» Financeiramente, o Bina representa um patrimônio muitas vezes maior que, por exemplo, a Petrobras. Basta imaginar o mundo inteiro se servindo da tecnologia brasileira sem pagar um tostão pelo royalty. Trilhões de dólares desprezados pela ignorância de gestão. Nélcio Nicolai faleceu sem receber o reconhecimento pela invenção. Mesmo que tivesse sido assistido por outros gênios, merecia que seu próprio país o compreendesse.

Ricos, pobres e leitura

» Notícia que tem assustado é a possibilidade do aumento de preço dos livros. Em documento, o tributarista Luiz Bichara diz que o governo está usando uma estatística sobre leitura e poder aquisitivo bastante turva, uma vez que desconsidera o livro didático, que também possivelmente não terá mais isenção. “Estão usando a estatística como bêbado que usa o poste mais para se apoiar do que para iluminar”, diz Bichara.

»» História de Brasília

A exigência de número excessivo de apartamentos também merece revisão. O professor Hermes Lima sabe que os ministérios que não querem vir para Brasília estão criando dificuldades com pedido de número excessivo de apartamentos quando se sabe que as necessidades são bem menores. (Publicada em 30/1/1962)